

Normas e reflexividade no *lócus* da produção do conhecimento

Interfaces entre o social e o científico na pesquisa e no jornalismo

SAYONARA LEAL

Professora

Departamento de Sociologia

Universidade de Brasília

sayonaraleal@uol.com.br



Um tema central que anima este trabalho é a coordenação entre normas, reflexividade e práticas incorporadas em dispositivos organizacionais que moldam rotinas de produção intelectual, tanto na atividade científica, como no jornalismo. A ideia de dispositivo figura neste texto a partir da abordagem conjuntiva entre as referências deleuzeana e foucaulteana remetendo a um conjunto multilinear composto por registros de visibilidade, de enunciação, de força, de subjetivação, de ruptura, de fissura, de fratura que se entrecruzam e se misturam, suscitando variações ou mesmo mutações na disposição para agir (Deleuze, 1990). Em Foucault (1999) aquela categoria está relacionada a um conjunto de diferentes significados reunido em forma de discursos, normas, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, que, articulados entre si, estabelecem uma teia de relações transepistêmicas devido aos diversos elementos que os constituem enquanto rede. Importante enfatizar que os dispositivos operam em *lócus* específicos e atuam na produção de modos de saber e de subjetivação. Mas, ao mesmo tempo em que os dispositivos operam na gestão e controle situacionais, são também alvo de críticas e reações que contrariam o poder subjacente a seus agenciamentos. Ou seja, quando confrontados a esses, os atores/agentes sociais contam com suas capa-

Pour citer cet article

Référence électronique

Sayonara Leal, « Normas e reflexividade no *lócus* da produção do conhecimento. Interfaces entre o social e o científico na pesquisa e no jornalismo », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 5, n°2 - 2016, mis en ligne le 26 décembre 2016.

URL: <http://surlejournalisme.com/rev>

idades (recursos) e competências (saberes) e são capazes de redesenharem normas e regras a partir da crítica à dimensão instituída e institucional na qual se ancoram lugares e dispositivos e, portanto, ações e conhecimentos.

No entanto, tal virada normativa, pode encontrar dificuldades em se concretizar devido ao caráter institucional e de institucionalização das regras que arbitram o espectro de atuação desses dispositivos, ou seja, o lugar onde saberes e competências se entrecruzam, determinando a validade, objetividade e veracidade dos conteúdos produzidos. No entanto, a configuração de tal *locus* é tratada na sociologia do conhecimento, por um lado, como decorrente da rotinização das normas as quais produzem estruturas que sediam e orientam as atividades dos cientistas, nos termos de Merton, em seu *ethos* da ciência, constituindo a chamada comunidade científica. Esta categoria também figura em Kuhn (1978, 2006), mas apoiada nas noções de paradigma e ciência normal¹. Ainda podemos citar Bourdieu (2001, 2003, 2004) acerca das especificidades cognitivas e sociais que produzem e reproduzem o campo científico, enquanto estrutura pautada na disputa erudita pelo capital científico entre pares, ou seja, conflitos geradores de conhecimentos científicos. Por outro lado, o desenho desse *site* é perpassado por interações situadas entre diferentes agentes que atuam na edificação da ciência, para além dos cientistas, muitas vezes de modo reticular, neste sentido, podemos citar os conceitos construtivistas de arenas transepistêmicas, de Knorr-Cetina (1982) e o de redes sociotécnicas, de Latour (1999, 2007) e Callon (1999, 2006). Além dos construtivistas, os trabalhos dos autores do Programa Forte² mostram como os fatos científicos são construídos na interface entre ciência, tecnologia e o resto da sociedade, desvelando as fronteiras possíveis entre essas instâncias, o que impacta a noção de normas padronizadas, estabilizadas e universais garantidoras da qualidade cognitiva do conhecimento (Collins, 2011; Collins, Evans, 2010). Todas essas abordagens, desde Merton a Latour, dão visibilidade ao *locus* da produção da ciência e das tecnologias, apontando, cada uma a seu modo, o caráter institucional, organizacional e relacional da construção do conhecimento que transita entre “verdades científicas” e controvérsias, onde mais se evidenciam transgressões dos pesquisadores em relação a normas canonizadas pelo positivismo.

Ao evocarmos o tema da problematização da vigência de uma hegemonia da razão científica suscitado pelos estudos sociais contemporâneos sobre a produção do conhecimento aliado ao debate das dimensões ética e moral que perpassam os caminhos do desenvolvimento tecnocientífico não estamos questionando a importância ou desconfiando da ci-

ência e de seus desenvolvimentos, mas nos lançamos na discussão sobre o caráter transepistêmico da ciência justamente porque ela é essencial e presente em nosso cotidiano³. Esta assertiva é promissora para tratarmos o domínio das Ciências Sociais Aplicadas, como as Ciências da Comunicação (incluindo as teorias do jornalismo), e questionarmos os pressupostos positivistas acerca da aplicabilidade das normas de objetividade, imparcialidade e neutralidade como compromisso ético-formal das instituições midiáticas na produção de seus conteúdos, que prescreveriam tanto o exercício da pesquisa científica, em geral, como da investigação jornalística e da pesquisa em comunicação (Traquina, 2004, 1993; Rodrigues, 1993; De Fleur, 1976; Hohlfeldt, Martino, França, 2001)⁴.

Apesar das especificidades deontológicas do *métier* de pesquisa e epistêmica em relação aos conteúdos produzidos pelos dois tipos distintos de conhecimento (ciência e jornalismo), consideramos elucidativas abordagens anti-diferencionistas⁵ as quais propõem que, tanto para as ciências duras como para as ciências moles, a construção do conhecimento se dá nos trânsitos entre espaço leigo, da práxis humana e a esfera expert-científica, em uma dinâmica que mais se assemelha à morfologia de uma rede. Essa configuração rizomática é mais facilmente vislumbrada quando estudamos controvérsias tecnocientíficas, em contextos democráticos, das quais a mídia também participa. A controvérsia se traduz em uma ocasião promissora de aprendizagem a partir da produção transepistêmica de conhecimentos em configuração reticular (Lascoumes, 2002). Ela surge da problematização pública de um tema (manipulação genética de sementes, uso de células troncos para pesquisas, redução da maioridade penal para controle da criminalidade) e ganha relevo quando atrai diferentes atores munidos de posicionamentos e de uma práxis discursiva instaurando um debate em formato rizomático (Nunes, Matias, 2003; Barthe *et al.*, 2013; Barthe, Akrich, Remy, 2011). Nesse sentido, acreditamos que as interações entre diferentes atores que atuam na rede com intervenções segundo suas competências cognitivas e interesses distintos alteram o curso “normal” de suas rotinas produtivas.

O paradigma da rede⁶ e o regime de reflexividade que atuam nas ações sociais constituem os principais pontos de apoio normativos nos quais se respalda a compreensão de dinâmicas da fabricação de conhecimentos que engendram movimentos de conflitos e consensos no *site* de sua produção, dando visibilidade às contradições hermenêuticas das normas das instituições (mídia, ciências sociais, ciências naturais, exatas). Na verdade, chamamos a atenção para a noção de rede empregada nos estudos con-

temporâneos sobre a construção de saberes como princípio metodológico para acessar a complexidade e mapear a imbricação de domínios epistêmicos na investigação acerca de fatos e artefatos. É na rede que as interações sociais mais espontâneas e imprevisíveis acontecem revelando a proliferação dos elos sociais. A rede também representa transgressão das fronteiras e malhas coercitivas (rede de obrigações, redes de leis) e assume a dimensão informal da vida nas instituições diferente da estrutura formal; formas de elos clandestinos, ilegítimos, ilegais (Boltanski, Chiapello, 2009). Esta ponderação sobre a rede e suas ramificações transpostas para pensar o *locus* de produção do conhecimento nos conduz a questionar o imperativo da razão tecnocientífica e de sua força de instrumentalização no processo de construção do conhecimento mais confiável.

A reflexividade como marca da modernização das sociedades ocidentais é apontada por diversos autores como importante condição epistêmica para problematização de paradoxos acerca de certezas produzidas pela ciência. Esta proposta de intervenção parte da reflexão sobre operações críticas que tematizam ambivalências oriundas do progresso tecnocientífico e do desenvolvimento econômico. A proliferação de ambiguidades sobre efeitos colaterais das sociedades industriais proporciona ambiente ético e cognitivo promissor para produção de controvérsias sobre temas polêmicos que ultrapassam o *locus* da produção do conhecimento científico e envolvem diferentes mundos sociais, com seu pluralismo lógico-epistêmico. Em tempos de controvérsias, a ciência se confronta com culturas epistêmicas distintas, como os meios de comunicação, que demandam reconhecimento e legitimidade de seus saberes e levam ao aparecimento de subpolíticas que rediscutem normas e postulam discursos e novas condições cognitivas de produção de conhecimento. Neste sentido, em tempos de modernização reflexiva e democracia, se notabilizam dois pontos de apoio normativo para as investigações do cientista social e do cientista do laboratório, quais sejam a esfera pública e o conhecimento⁷.

Propomos dois desenvolvimentos para orientar o nosso texto. De início, nos perguntamos como as normas profissionais/científicas e o contexto social participam do processo de construção do lugar de produção de conhecimento, levando em consideração como o trânsito/circulação dessas normas produzidas em um universo epistêmico específico se configura diante da preponderância da reflexividade e da cientificação da sociedade como marca da “modernização reflexiva”, a partir do paradigma construtivista da rede. No segundo momento, evocamos como a circulação de normas e práticas discursivas próprias às coletividades científicas se vinculam a

outros espaços epistêmicos, como, por exemplo, o jornalismo. Nesse sentido, problematizamos como as operações críticas acionadas quando confrontadas a dispositivos participam da construção e circulação de normas que moldam a constituição de espaços transepistêmicos de saberes, ressaltando as devidas especificidades sociocognitivas do produto da mídia e da ciência.

O SOCIAL E O CIENTÍFICO NA PESQUISA E NO JORNALISMO

Em tempos de modernização reflexiva (Giddens, Beck, Lash, 1997; Beck, 2011; Fisher, 2011), propomos pensar seus impactos nas atividades subjetivas que reverberam a produção cognitiva em diferentes espaços, a partir das contribuições da sociologia da inovação que enfatizam a complexidade do processo de fabricação do conhecimento em interface com dados contextuais. A abordagem considerada diferenciacionista parte da crítica efetiva dos modelos analíticos mertonianos que atribuem à rigidez de normas, procedimentos e da razão científica a veracidade dos fatos científicos. O universo normativo dos *ethos* da ciência (comunismo, desinteresse, ceticismo organizado, universalismo) disciplinaria a produção cognitiva da comunidade científica (Merton, 1968, 1979). As chamadas abordagens anti-diferenciacionistas postulam ser a sociologia capaz de explicar o conteúdo cognitivo da ciência, sendo o conhecimento científico produto de influências essencialmente sociais. Os anti-diferenciacionistas se contrapõem à ideia filosófica, segundo a qual existiria uma razão universal que rege os procedimentos de descoberta, o contexto de comprovação e os procedimentos de refutação da ciência. Seriam os fatores de ordem cultural, os interesses sociais e as relações de poder que assumem centralidade na rejeição ou aprovação dos resultados e sua validação ou não. Mas, entre os chamados anti-diferenciacionistas (nova sociologia da ciência), como lembram Shinn e Ragouet (2008), não há total consenso para explicar a ciência, como podemos constatar nas abordagens fortes ou Peri-fortes, inspiradas no Programa Forte; nas abordagens etnográficas do trabalho empírico e naquelas consideradas “radicalmente” construtivistas, ou seja, os latourianos.

De uma forma geral, os anti-diferenciacionistas se posicionam contra a ortodoxia normativa, assegurando que a autonomia da ciência é uma ilusão e que o conhecimento deve ser explicado a partir de suas causas sociais e das crenças que o sustenta. O conhecimento, nesse sentido, não é aqui considerado como produto natural do trabalho organizado a partir de métodos racionais, acumulado indefini-

damente para promover o progresso da sociedade, legitimado por uma comunidade científica autônoma e articulado por normas acatadas mediante um consenso, onde prevalece a cooperação sobre os conflitos e a competência. (Cf. Kreimer, Hérnan, 2004; Kreimer, 2005). Segundo Bloor, “[...] o conhecimento é tudo aquilo que as pessoas consideram conhecimento. Ele consiste naquelas crenças que as pessoas sustentam com confiança e com as quais levam a vida” (Bloor, 2009: 18).

O conhecimento é vislumbrado como produto do encontro entre competências cognitivas dos cientistas e contexto social. Nesse sentido, causas sociais podem explicitar variações de determinado conhecimento, como, por exemplo, no pensamento matemático, como mostra o trabalho de Bloor (2009).

O construtivismo da escola de Edimburgo (Programa Forte – PF) permite destacar na análise do processo científico elementos relativos à condição sociológica do conhecimento: complexidade estrutural como condição de abertura cognitiva, ceticismo em relação à possibilidade do conhecimento expresso em teses realistas e caráter contextual (até mesmo conjuntural) das atualizações cognitivas (desenvolvimento da ciência, dos contextos de descobertas). Uma outra consequência das formulações do PF seria de caráter filosófico a respeito da sua posição relativista em relação à verdade. A verdade só poderia ser concebida como resultante contingente de atividades linguísticas e conceituais socialmente organizadas. É na atividade do pesquisador que está a chave das explicações procuradas sobre a produção do conhecimento. Os cientistas desfrutariam de crédito entre seus pares (ideia melhor desenvolvida por Latour e Woolgar em *Vida de Laboratório*). O ponto central é qual o lugar onde se consagra a verdade científica? Neste *locus* não existiria nenhum limite que resida no caráter pretensamente absoluto ou transcendente da ciência ou em alguma noção particular de racionalidade, validade, verdade ou objetividade.

Os anti-diferenciacionistas sustentam que devemos levar em consideração que o conhecimento não é produzido por indivíduos isolados que percebem passivamente os fenômenos, mas por grupos sociais que atuam em conjunto em práticas científicas concretas que devem ser estudadas segundo os recursos dos quais se valem para efetivar as suas práticas. Uma investigação da ciência com este objetivo deverá subverter concepções de conhecimento centradas em um indivíduo isolado, passivo e desinteressado que trata de alcançar uma realidade independente, critério da correção do mesmo, e substituí-las em favor de um modelo de conhecimento ativo, coletivo e interessado.

Em resumo, serão os objetivos e os interesses de indivíduos que atuam entre si (e não alguma realidade independente ou uma razão que unifica as atividades de produção de conhecimento) o que, em última instância, dará conta não somente da geração do conhecimento senão de sua aceitação e embasamento (Tozzi, 2010: 1). Nesse sentido, para se chegar ao processo de geração do conhecimento e da sua validação deve-se buscar, assim, as explicações para entender o caráter social da aceitação de regras (como instituições, como parte de um jogo de linguagem no sentido wittgensteiniano) que circulam no espaço de construção de conhecimentos. Assim, o fato científico aparece como racionalmente cognoscível e como atividade coletiva ao se estudar sua gênese e a estrutura social da qual emerge, sobretudo quando se opera na pesquisa social com o conceito pragmático de ciência, tal como postulava Ludwik Fleck ([1935], 2010)⁸. Adotar o registro (meta)pragmático para o estudo da produção do conhecimento nos conduz à consideração de seus produtores e do formato organizativo a partir do qual aspectos normativos e, portanto, institucionais dão sentido às suas ações e são redefinidos nas tramas das interações entre atores quase sempre indefinidos que se entredefinem em rede.

Construtivismo radical: conhecimento em rede para além das normas científicas

Para o construtivismo latouriano, são menos as normas e a rotinização de procedimentos racionalizados e mais a imprevisibilidade de interações simbólicas hibridizadas entre homens e coisas que passam o lugar da produção do conhecimento que determina o conteúdo cognitivo da ciência. A causalidade das descobertas científicas está pulverizada e veiculada nas entidades que participam da produção de “ocorrências”, ou dos fatos científicos. Para aderir a tal formulação, é fundamental redefinir o social para fazer uma sociologia que dê conta da relação entre modernidade, ciência, tecnologia e sociedade e seus produtos.

Latour (2007) define o social como um coletivo, uma associação de atores (humanos e não-humanos), uma reunião de elementos heterogêneos. Em contraposição a uma sociologia do social, o autor sugere uma sociologia das associações, mostrando a heterogeneidade da composição dos laços sociais. A ação, nesses termos, como enfatiza Latour (2007), é fonte de incertezas e “*deve permanecer uma surpresa, uma mediação, um evento. É por essa razão que é necessário começar, ainda uma vez, não pelas determinações da ação pela sociedade, a capacidade de cálculo de indivíduos ou o poder do inconsciente, mas pela característica subdeterminada da ação, pelas incertezas e as controvérsias que tratam sobre*

quem age quando nós agimos – sem poder decidir se essa fonte de incerteza se deve ao observador ou ao ator” (2007: 66). No sentido etnometodológico, apropriadamente formulado por Boltanski e Chiappello (2009: 184), “[...] as pessoas são indissocialmente ‘atores’ que desempenham ações e ‘intérpretes’ que elaboram significações sociais, passando uns aos outros ‘signos’ que são a forma assumida pela ação quando presa nos fluxos de relações aos quais se busca dar sentido.”. Dessa forma, não se pode determinar o que são os indivíduos e julgar suas ações, *a priori*, como nas abordagens holísticas (estruturalismo e funcionalismo), em função de qualidades e propriedades que derivam do seu pertencimento a grupos, instituições e organizações. Homens e coisas têm trajetórias sociais porque são imbuídos de historicidade (Latour, 1995). O interesse sociológico pelo estudo do conhecimento e os fatos e artefatos que esse subsidia cuja construção se dá a partir de interações situadas em redes sociotécnicas encontra respaldo na reconstituição de sua construção “social”, especialmente em episódios de controvérsias.

Em se tratando do construto sócio-técnico da tecnociência, à primeira vista, tem-se a impressão de se deparar com um campo, fechado e fortemente enraizado em seu paradigma, mas, na verdade, tem-se uma grande coincidência entre local geográfico e as funções a serem estudadas, apontando a existência de uma rede. Trata-se de uma reação às análises que atribuem à unidade de produção do conhecimento como um *locus* especial regido pela racionalidade científica, assim sugere o estudo etnográfico das práticas científicas como caminho adequado para destrinchar aquele lugar.

Interessa explorar as longas descrições dos mecanismos pelos quais é obtido um acordo sobre o conteúdo da experiência, a significação dos resultados. Para os autores, o princípio de simetria permite que se entre nos conteúdos, não para apresentar a ciência feita, mas para mostrar a historicidade de sua elaboração (relações de força social x relações de razão científica na definição de um objeto técnico). Trata-se de um “*princípio metodológico que permite obter um conhecimento realista do processo de construção do conhecimento*” (Callon; Latour, 1991: 24). Em resumo:

“[...] o observador deve fazer compreender porque um dos protagonistas de uma controvérsia acaba por se render aos argumentos de seu adversário, porque há provas que acabam por se impor e deve se abster de invocar razões que não tenham convencido aquele ao qual elas teriam sido opostas” (Callon; Latour, 1991: 24).

Na contramão do processo de purificação moderno e, em defesa da contextualização nas inovações científicas, os autores defendem a simetria como a base moral do trabalho feito sobre a vida em laboratório, ao estenderem essa noção para além do significado atribuído por Bloor, adotando o chamado “princípio de simetria generalizada”, segundo o qual “*impede ao mesmo tempo de utilizar a realidade exterior para explicar o laboratório e de alternar realismo natural e realismo sociológico ao sabor das necessidades explicativas*” (Dosse, 2003: 395). São caminhos metodológicos que permitem vislumbrar a produção do conhecimento em rede (social e técnica).

A definição de redes sociotécnicas parte de certa redefinição da noção de social, entendendo a sociedade em suas dimensões essenciais: o nível micro (dos atores, dos membros, dos participantes de mundos sociais particulares) e o nível macro (o da sociedade convencionalmente entendida como todo social). A concepção tradicional de sociedade passa a ser vislumbrada também como uma construção ou uma “*performance*” continuada, composta por seres sociais ativos que passam de um nível a outro ao curso de seu trabalho, estabelecendo entre si laços sociais (Strum; Latour, 2006). Opera-se, assim, um deslocamento das noções convencionais de sociedade para aquela que remete a um universo de ação e estrutura, onde desaparece a nítida demarcação entre sujeito e objeto, homem e natureza, humano e não-humano, racional e irracional, saberes profanos e científicos.

O estudo social sobre o lugar da produção do conhecimento pressupõe que o laço social entre os atores concernidos aparece, não como meramente um *a priori*, mas como uma força de aglutinação que se configura a partir das relações sociais estabelecidas entre entes oriundos de epistemes, mundos sociais e interesses distintos em uma rede sociotécnica. Uma rede sociotécnica é o resultado da associação de atores, humanos e não-humanos, articulados em torno de um processo de concepção, produção e difusão de conhecimentos dando origem a definições tecnológicas obtidas no processo de solução de controvérsias. Na formação de uma rede, as associações se dão a partir de operações de tradução.

A tradução, operada em quatro movimentos: problematização, atração, envolvimento e mobilização dos atores, expressa um processo contínuo ao longo do qual os atores se entre-definem, evoluem, modificam seus interesses, adotam posturas mais ou menos estratégicas. Permite estabelecer uma ponte entre enunciados à primeira vista incomensuráveis. Expressa ainda a tentativa de um ator de interpretar e expressar os interesses do outro, de atraí-lo para

um determinado ponto de vista numa controvérsia, buscando legitimar-se como “porta-voz” de outros atores e como “ponto de passagem obrigatório” para que esses possam atingir seus interesses. Nesse sentido, Callon e Latour nos convidam a seguir os atores em suas múltiplas atividades de tradução, transcendendo as fronteiras pré-definidas dos sistemas e das funções⁹. (Cf. Corcuff, 2009).

Por fim, podemos dizer que as perspectivas as quais podemos identificar nesta abordagem complexa das redes, aquela desenvolvida no âmbito da chamada Actor-Network Theory (ANT) é mais promissora para pensar a rede em suas especificidades decorrentes da sua configuração, especialmente, em ocasiões em que se intenciona destrinchar aparentes estabilidades normativas e procedimentais que eclipsam a construção de conhecimento. A teoria do ANT remete à “*composição progressiva e performativa de um mundo comum de objetos e sujeitos, humanos e não-humanos, que se co-constituem, construindo, de modo experimental, o mundo, ou – pós-modernismo reconhecido – versões do mundo.*” (Vandenbergh, 2006: 339).

A RELAÇÃO ENTRE NORMAS E PRÁTICAS DISCURSIVAS E A MÍDIA

A participação da objetividade e da neutralidade, como orientações oriundas da ciência positivista, no universo normativo de produção de conteúdos cognitivos nos e pelos meios jornalísticos, deve ser problematizada em função de operações subjetivas e intencionais que se manifestam entre jornalistas enquanto produtores culturais e seus públicos como co-produtores desses conteúdos. Esta perspectiva se apoia no entendimento de que os conhecimentos produzidos no universo cognitivo dos meios de comunicação, oficiais e alternativos, se dão em conexão situacionais rizomáticas, no sentido deleuziano, formando coletivos híbridos entre humanos e máquinas. No entanto, temos como orientação ética e técnica, mais ou menos estruturada, que a mídia como meio informativo cumpre o papel de esclarecer sem instrumentalizações ideológicas. Essas concepções têm se alterado em função de, pelo menos, dois eventos fundamentais: o advento das novas tecnologias da informação e da comunicação que permite cada vez mais uma mídia colaborativa e autoral por parte dos internautas e uma cultura digital cujo conteúdo ético e reflexivo assume distintas configurações em função de possibilidades de produção de conteúdos e subjetividades.

Há também o contexto e a conjuntura sociais que cumprem cada vez mais o papel na expressão dessas

subjetividades que constituem os próprios meios e os conteúdos (por exemplo, a proliferação de aplicativos e dispositivos de relações sociais na Internet). Neste sentido, Glevarec e Aubert (2013), ao fazerem referência à presença de subjetividades que se ancoram em referenciais normativos da prática jornalística e das ciências sociais em cenários de produção de conhecimento, evocam a figura do amador. Este agente da construção reticular de saberes, surge no contexto contemporâneo de co-presença dos universos científicos e midiáticos que se encontra afetado pelo aumento da força de indivíduos se exprimindo principalmente pela mídia Internet com muito mais visibilidade e se submetendo a menos compromissos que seus predecessores tomando a palavra nos meios tradicionais, rádio, televisão e imprensa (Cf. Glevarec, Aubert, 2013: 14). Trata-se da radicalização do fenômeno público de oferecer – receber notícias – reelaborar conteúdos que encontram lugar e sentido no universo das mídias sociais, por exemplo.

O advento de novos cenários de produção de conteúdos que pretendem ao status de conhecimento podem oscilar entre registros distintos de validade, veracidade e provas, correspondendo ao que Boltanski (2008) chama de três gêneros de provações da ação e do discurso: provação de verdade, provação de realidade e provação existencial. A primeira é acionada pelas instâncias de confirmação da coerência entre formas simbólicas e estado de coisas dada pelas normas da instituição, não havendo compromisso com o que o mundo é realmente aqui e agora, mas com a redução de incertezas e o enquadramento da ação. A segunda é típica de situações de disputas apoiadas na realidade a partir da qual se erigem críticas subsidiadas em *expertise* que são testadas em ocasiões de questionamento da verdade proferida pelos porta-vozes da instituição. A terceira e última, refere-se a críticas radicais feitas às confirmações dos pilares institucionais e são vividas pelos indivíduos leigos, mas portadores de reflexividade em suas subjetividades, podendo negar a realidade. As duas últimas provações são aquelas essencialmente amparadas em operações críticas advindas de diferentes epistemologias capazes de alterar o estado das coisas porque têm caráter de denúncia e introduzem na realidade novas referencialidades, racionalidades, lógicas de ação e conceitos ancorados no “mundo”. As formulações de Boltanski¹⁰ sobre a reversibilidade de parâmetros normativos que produzem e reproduzem as instituições também se depara com as constatações de que as normas são sanções, construções sociais convencionadas e legitimadas socialmente. Elas promovem enquadramentos epistêmicos enquanto recursos funcionais no quadro da produção de conhecimentos, além de subsidiarem a estabilidade de uma instituição e, ao mesmo tempo, serem recursos interpretativos que

são hermeneuticamente decifrados, assimilados e reproduzidos de forma reflexiva, possibilitando a coordenação de atividades em coletividades específicas. A mídia (social), neste sentido, é espaço promissor para reverberação de inconformidades e incertezas acerca da pertinência das instituições e suas normas em nossas vidas.

A proliferação de formatos e meios de difusão de informações e conhecimento reanimam o debate sobre a especificidade epistêmica dos conteúdos jornalísticos e dos parâmetros racionais que regem a instituição mídia e suas normas de funcionamento, recaindo no debate sobre uma “ciência jornalística”. Para Silva (2009) e Labasse (2015), no jornalismo há um empirismo descritivo de conhecimentos profanos que são valorizados socialmente. Silva (2009) e Tambosi (2003) acrescentam que o jornalismo ganha maior visibilidade, especialmente, na modalidade investigativa porque esta produziria uma forma de conhecimento que se pauta no método científico, sem o qual não atingiria o estatuto de “verdade”. Neste sentido, jornalista e cientista teriam como objetivo comum a busca pela verdade dos fatos. “No caso do jornalismo, parece que, do modo como este vem sendo estudado, a prática profissional engole a forma simbólica do fenômeno, por isso tão difícil chegarmos à sua episteme.” (Silva, 2009: 30).

Rocha (2010) avalia que a abordagem pragmática que sustenta um contínuismo entre conhecimento adquirido dos usos e costumes e conhecimento formal e sistemático atribuído à ciência é promissora para pensar a produção do conteúdo jornalístico, mas não conforme o paradigma das ciências duras, mas como saber pautado na práxis e, também acrescentaríamos, que se vale de normas e contextos sociais de produção. Nesta discussão, o jornalismo figura igualmente como prática social que edifica um tipo de “conhecimento possível nesta área”, pouco evidente, que se constrói na interface entre polos científico e sociedade, remetendo à configuração sugerida por Labasse (2015) de “meso epistemologias”, onde não se sustentam “verdades universais”.

Há regularidades possíveis e reconhecíveis entre o fazer jornalístico e quadros epistêmicos formalizados e legitimados, no entanto, sabemos que há certas condições e parâmetros de coleta jornalística dos dados sociais que remetem a uma quadro epistêmico particular, sem que se possa reivindicar o estatuto de ciência (Cf. Labasse, 2015). Isto equivale, de certa forma, a dizer que o jornalismo com suas normas e métodos cria sua própria cientificidade, em termos de modo de conhecer a realidade do mundo.

“Paradoxalmente, esta questão de normas é particularmente pouco normativa: não somen-

te porque, longe de pretender definir aquilo que o jornalista deveria ser, ela se contenta de tentar precisar aquilo que parece o constituir, mas também porque, ao inverso dos critérios de demarcação binárias, ela incita a uma concepção gradual da natureza mais ou menos jornalística das atividades e produções midiáticas. Portanto, ela não é tanto desprovida de panos de fundo axiológicos: seja na perspectiva cidadã ou profissional, o reforço conceitual e metodológico do jornalismo, em outros termos sua ascensão a uma maturidade epistemológica, poderia sem nenhuma dúvida ser qualificado de ‘desejável’.” (Labasse, 2015: 33)

Labasse (2015) postula que boa parte das pesquisas que se inclinam sobre as normas reivindicadas pelos jornalistas trata estas como armaduras de autoproteção ou como técnicas que subsidiam a formação identitária e demarcação espacial da atuação desse profissional. No entanto, ratifica o autor, alguns trabalhos transpõem conceitos e concepções geradas pelos estudos sociais sobre a produção do conhecimento científico para o entendimento das práticas jornalísticas em relação aos saberes gerados por essas.

De uma forma mais ou menos generalizada, o jornalismo visa a adquirir e a transmitir conhecimentos sobre o estado do mundo a partir, por um lado, de método referenciado em parâmetros da racionalidade tecnocientífica e, por outro, de fontes «profanas». Nesse sentido, o jornalismo pode ser compreendido como um conhecimento que se origina das chamadas «mesoepistemologias» enquanto maneiras de conhecer que se referem a «graus de expertise intermediários»¹¹ que surgem na interface entre polos científico e grande público (Labasse, 2015).

No caso da prática jornalística, espelhada nos ritos metodológicos da ciência (objetividade, imparcialidade, neutralidade), a relação controversa entre normas, valores, realidade (construída socialmente) e mundos sociais possíveis pode apontar para contradições endógenas a essa instituição, sobretudo quando esta entra em contato com elementos considerados exteriores ao *locus* de produção de conteúdos. Esta formulação traz, pelo menos, duas consequências fundamentais para pensarmos a prática jornalística em suas novas modalidades: primeiro, a normatização das atividades e produtos jornalísticos enquanto reverberações da “verdade” obedecem também a regras e comportamentos sociais ordinários e são produto de negociações; e segundo, os contornos do *locus* da produção de informações se caracteriza mais pela cognição não científica. De-

corre dessa dupla inferência sobre o jornalismo a constatação do que Boltanski (2008) chama de “contradições hermenêuticas” no quadro de operações críticas acerca de normas informadas pelo caráter estruturante da instituição. Trata-se do confronto entre regras estabelecidas provedoras de “dispositivos de confirmação” da “verdade” conveniente à instituição e incertezas sobre aquilo que se consagra em estado definido que se ancoram em “dispositivos metapragmáticos”, ou seja, emanam da reflexividade e da crítica aos formatos instituídos de interpretação do mundo. A noção de contradições hermenêuticas aparece como reveladora do processo de dominação no seio dos mecanismos de produção de saberes, no sentido de restrição do espaço da crítica diante de enquadramentos normatizadores em contextos onde a realidade forjada pela força da racionalidade científica e da institucionalização de comportamentos e ações se sobrepõem ao mundo das possibilidades de agir, inclusive em situações de incertezas (como na investigação jornalística, por exemplo).

O entendimento de processos de circulação e interiorização de normas no âmbito de produção de conhecimentos, notícias, informações, deve passar pela imersão no pensamento institucional que têm em mente os indivíduos no momento em que eles agem, compreendendo categorias de pensamentos que compartilham, referenciados em um determinado quadro de ordem social (Douglas, 1998). É nesses termos que dispositivos de normatização das práticas científica e jornalística, por exemplo, são mecanismos de ordenamento que conduzem a forma como cientistas e jornalistas podem conceber suas referências normativas enquanto uma instituição social que corresponde aos parâmetros de funcionamento do “seu lugar de fala”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mídia como *locus* de realização de uma subpolítica, portanto, fonte e reprodutora de operações críticas, somente assume essa especificidade quando sedia mecanismos de reflexão no “self” (Giddens, Beck, Lash, 1997). Assim, “a reflexividade criada pelo processo de recepção de materiais simbólicos pode ser adequadamente tratada apenas se ela for integrada com as dimensões interativa e dialógicas próprias ao conceito habermasiano de esfera pública.” (Avritzer, 2000: 63). Neste sentido, devemos ter certa acuidade ao equiparar mídia e a esfera pública, no sentido kantiano, postulado por Habermas (1989), porque opiniões e conteúdos nem sempre decorrem da “discursividade reflexiva”. As normas que compõem este *locus* são frequentemente negociadas, alteradas e colocadas em suspenso de acor-

do com especificidades de situações e interesses dos atores que tomam parte nessa cena (associações). Não existe, nesse sentido, um padrão de reflexividade dado que subsidie o uso reflexivo da razão comunicativa ou da razão instrumental entre jornalistas, padrões/empresários, públicos. Nem tão pouco há garantias de continuidades entre padrão científico de produção de conteúdos, arbitrado por normas rígidas, valores como objetividade e imparcialidade e rotinas produtivas da comunicação, perpassadas por críticas, opiniões, ideologias e valores democráticos, como a liberdade de expressão, na investigação em busca de descobertas, verdade.

A mídia como qualquer outra instituição, inclusive como a própria ciência, se depara com a assimetria paradoxal entre realidade mundana e norma institucional. A instituição ciência conforma o sentido da pesquisa, assim como os meios de comunicação fazem com a investigação jornalística, abrindo também espaço para operações críticas quando o pesquisador se dá conta da força das sanções institucionais objetivadas em suas normas. Como ratifica Corrêa, “*Instituições têm por função conferir às situações de prova uma estabilidade semântica; no entanto, em razão de usos e efeitos pragmáticos, jamais deixam de abrir espaço para críticas.*” (2010: 595). Em face das dimensões pragmática e reflexiva dos agentes produtores de conhecimento, ganham relevância as inferências dos sociólogos da ciência acerca da assimetria entre o ideal normativo sobre o qual a ciência se funda e a realidade concreta da experiência vislumbradas a partir das orientações normativas e normatizadoras das atividades científicas. Trata-se do fenômeno denominado por Boltanski (2009) de “contradições hermenêuticas” das instituições, que, ao mesmo tempo, moldam o sentido da realidade e abrem precedentes para críticas.

A relação entre mídia, crítica e reflexividade não é evidente. Quando olhamos para a mídia como esfera pública nos damos conta da rede de entidades heterogêneas que representa esse espaço, cujos nós correspondem às diversas realidades em co-presença: jornalistas, normas, cultura, computadores, notícias, fontes, públicos, mercado, governo, legislação, rotinas produtivas, *gatekeepers*. A rede de atores¹² é extensa e se expressa a partir de associações, coletividades híbridas. Nesse sentido, quanto mais incorporação de normas negociadas, mesmo que episódicas e técnicas, ao trabalho de produção jornalística se torna mais social porque aumenta o “número de associações”¹³ necessárias para informar públicos e audiências e levá-los a considerar uma informação como fato. A adesão de aliados tanto à mídia como ao seu conteúdo e produtores é reveladora de elos sociais mais conexos do que os vínculos sociais normais.

Não se pretende afirmar que normas e racionalidade estão ausentes do processo produtivo e criativo oriundo desse espaço midiático, mas sua participação na determinação dos conteúdos cognitivos desse *lócus* deve ser considerada em função da extensão, poder e organização gerados pelas associações que engendram a fabricação de sentidos expressos em seus conteúdos. A representação do sistema midiático em rede nos permitiria acessar relações e produções sociais que se dão no âmbito desse *lócus* e como também este se comunica com outras configurações de rede e nela atua como ator significativo em potencial em decorrência da sua capacidade argumentativa e discursiva e seu caráter de publicização de temas de interesse da coletividade. Isso pode se verificar com mais nitidez quando estudamos a integração da mídia, enquanto entidade propulsora de formação de opiniões públicas, a cenários de controvérsias tecnocientíficas (Leal, Vianna, 2013).

Dunwoody (2012) postula que a controvérsia constitui o ponto alto da cobertura jornalística acerca das ciências, *“não somente porque os desacordos a propósito daquilo que é verdadeiro caracterizam a maior parte do processo científico, mas igualmente porque ela constitui um forte catalisador da atenção da aprendizagem pública.”* (Dunwoody, 2012: 32).

A proliferação de controvérsias pode anunciar a mudança da paisagem normativa no enquadramento de práticas rotineiras da atividade de produção de conteúdos cognitivos, como a ciência e o jornalismo contemporâneos, balizadas pela noção de provas e pelo compromisso com o espaço público e o conhecimento, na rede que reúne atores, interesses e discursos, onde a «verdade» tem mais chances de se encontrar.

Sabemos, entretanto, que para o exercício de uma efetiva reflexividade no caso de intervenções em querelas públicas de caráter tecnocientífico se faz necessário transcender os limites da superficialidade de uma comunicação pública meramente informativa. Nesse sentido, ganha centralidade a conformação de espaços públicos e fóruns híbridos (Callon, Lascoumes, Barthe, 2001), lugar favorável à manifestação de uma racionalidade democrática vetor de uma reflexividade capaz de habilitar cientistas, tecnocratas, jornalistas e cidadãos a participarem de contextos discursivos para esclarecimentos acerca do que concerne ao social.

- ¹ Embora Kuhn opere com a categoria de comunidade científica, sua abordagem acerca do lugar da produção do conhecimento não pode ser equiparada ao externalismo de caráter funcional-estruturalista de Merton. A obra de Kuhn se traduz em referência fundamental para o debate acadêmico sobre a relação entre o social e o científico, tão constitutivo de controvérsias na literatura sobre estudos sociais da ciência e da tecnologia. O autor, apesar de sua proximidade com as análises externalistas da ciência, ao se preocupar em destacar elementos internos à ciência como sua estrutura léxica que sustenta a ciência normal, se considera um internalista. “*Sempre estive consciente disso, sempre quis ver ambas as coisas entrelaçadas (elementos externos e internos) e acho que elas ainda quase nunca estão.*” (Kuhn, 2006: 348).
- ² Conforme definição em David Bloor (2009).
- ³ Vide Beck (2011).
- ⁴ No que concerne às ciências sociais, Mannheim (1967) já postulava essa disciplina, e não as ciências duras, como objeto possível da sociologia do conhecimento, chamando a atenção para o estudo dos critérios dinâmicos de validade (historicidade) do saber; do relacionismo (relações entre gênese de um enunciado com seu significado) e das garantias estruturais de validade (garantia estrutural da validade do pensamento social que estaria na posição sem classe dos intelectuais socialmente independentes).
- ⁵ As chamadas abordagens anti-diferenciacionistas postulam ser a sociologia capaz de explicar o conteúdo cognitivo da ciência, sendo o conhecimento científico produto de influências essencialmente sociais. Os anti-diferenciacionistas se contrapõem à idéia filosófica segundo a qual existiria uma razão universal que rege os procedimentos de descoberta, o contexto de comprovação e os procedimentos de refutação da ciência. Seriam os fatores de ordem cultural, os interesses sociais e as relações de poder que assumem centralidade na rejeição ou aprovação dos resultados e sua validação ou não. Mas, entre os chamados anti-diferenciacionistas (nova sociologia da ciência), como lembram Shinn e Ragouet (2008), não há total consenso para explicar a ciência, são elas: as abordagens fortes ou Peri-fortes, inspiradas no Programa Forte; as abordagens etnográficas do trabalho empírico e aquelas consideradas “radicalmente” construtivistas.
- ⁶ Boltanski e Chiapello (2009) falam do paradigma da rede para designar relações sociais, econômicas, laborais de caráter conexionalista, cuja configuração envolve atores e conexões/interações. Esse paradigma apoia-se em propriedades ontológicas relacionais e em representação que rejeita a fronteira entre atividades científicas de outros tipos de práticas do conhecimento, mas preservam do estruturalismo o interesse pelas propriedades relacionais.
- ⁷ A esse respeito Beck (2011) e Beck, Giddens, Lash (1997) tratam do fenômeno da cientificação da sociedade no sentido da auto-reflexão sobre a modernização. Ou seja, de um lado, tem-se

a confrontação da sociedade com ela mesma diante dos efeitos da industrialização e modernização, e, do outro, a auto-reflexão que se dá na esfera expert, técnica e científica sobre a própria modernização.

⁸ Fleck (2010) destacava, antes mesmo de Kuhn, o caráter provisório do conhecimento científico acerca de um objeto, mas postulava que as mudanças na ciência ocorrem em movimentos de continuidades, as descobertas se operam a partir de desenvolvimentos coletivos de “estilos de pensamento” que dominam as “coletividades de cientistas”, as quais estão submetidas a coações exercidas em seu pensamento, as quais não são perceptíveis pelos pesquisadores (decorrem dos fatores: tradição, educação e hábitos). Os estilos de pensamento tendem à persistência e à estabilização, mas a intersecção entre os mundos esotérico (científico) e o exotérico (não-científico) pelos quais passam os cientistas não pode ser descartada na investigação científica. O tráfego de pensamentos (esotéricos e exotéricos) que se dá no coletivo é também o vetor de mudança de um estilo de pensamento.

⁹ É na condição de porta-voz da rede que um ator representa a própria rede, que ação e a rede se constituem duas faces da mesma moeda – daí a noção de ator-rede (Latour, 1999, 2004, 2007; Callon, 2006). A rede é o resultado mais ou menos consistente do processo de tradução e de suspensão de caixas pretas. Na rede, se dá a comensurabilidade, pela tradução, de recursos heterogêneos, permitindo o funcionamento do conjunto.

¹⁰ Nos termos de Boltanski (2008), “[...] as instituições, enquanto instâncias semânticas, são também instrumentos cujas atividades classificatórias não encontram sua finalidade nelas mesmas, mas são orientadas para a formação de regras e, notadamente, de regras que asseguram uma coordenação entre os atores. É pelo intermédio dessas regras que a atividade institucional contribui a performar a realidade” (Boltanski, 2008: 33).

¹¹ Evans e Collins (2010) esclarecem que a *expertise* é algo que se conquista na prática e com dificuldade, sem, necessariamente, ser um cientista.

¹² Latour (2007), Callon (1999, 2006) e Law (2006).

¹³ Latour (2007) afirma que as considerações de Gabriel Tarde sobre o social abrem precedentes para a formulação da teoria do ator-rede porque “o social não constitui um domínio particular da realidade, mas um princípio de conexão; que não haveria nenhuma razão de separar o social humano de outras associações, como os organismos biológicos, veja os átomos; que, para tornar-se uma ciência social, a sociologia não havia necessidade de romper com a filosofia, e em particular com a metafísica; que a sociologia seria uma sorte de inter-psicologia; que o estudo de inovação e tudo particularmente da ciência e da técnica, era um dos terrenos dos mais promissores da teoria social [...]” (Latour, 2007: 24-25).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Avritzer, L., 2000, "Entre o diálogo e a reflexividade: a modernidade tardia e a mídia", em Avritzer, L., Domingues, J. M. (Eds.), *Teoria social e modernidade no Brasil*, Belo Horizonte, Editora UFMG, pp. 61-83.
- Barthe, Y. et al., 2013/3, "Sociologie pragmatique: mode d'emploi", *Politix*, no 103, pp. 175-204.
- Barthe, Y., Akrich, M., Remy, C., 2011, "As investigações 'leigas' e a dinâmica das controvérsias em saúde ambiental", *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, no 26, pp. 84-127.
- Beck, U., Giddens, A., Lash, S., 1997, *Modernização reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna*, São Paulo, Unesp.
- Beck, U., 2011, *Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade*, São Paulo, Editora 34.
- Bloor, D., 2009, *Conhecimento e imaginário social*, São Paulo, UNESP.
- Boltanski, L., 2008, "Institutions et critique sociale: un approche pragmatique de la domination", *Tracés*, www.traces.revues.org/2333, acesso em 10 de out. 2012.
- Boltanski, L., Chiapello, É., 2009, *O novo espírito do capitalismo*, São Paulo, Martins Fontes.
- Boltanski, L., 2009, *De la critique: Précis de sociologie de l'émancipation*, Paris, Gallimard.
- Bourdieu, P., 2004, *Os usos sociais da ciência*, São Paulo, Unesp.
- Bourdieu, P., 2001, *Science de la science et réflexivité*, Paris, Raisons d'agir.
- Bourdieu, P., 2003, "O campo científico", em Ortiz, R., *A sociologia de Pierre Bourdieu*, São Paulo, Olhos d'Água.
- Callon, M. et al., 1999, *Réseau et coordination*, Paris, Economica.
- Callon, M. et al., 2006, *Sociologie de la traduction*, Paris, École des Mines.
- Callon, M., Lascoumes, P., Barthe, Y., 2001, *Agir dans un monde incertain: essais sur la démocratie technique*, Paris, Éditions du Seuil.
- Collins, H., Evans, R., 2010, *Repensando a expertise*, Belo Horizonte, Fabrefactum.
- Collins, H., 2011, *Mudando a ordem: replicação e indução na prática científica*, Belo Horizonte, Fabrefactum.
- Corcuff, P., 2009, *Les nouvelles sociologies*, Paris, Armand Colin.
- Deleuze, G., 1990, "Que és un dispositivo?", *Michel Foucault*, Barcelona, Gedisa, pp. 155-161.
- Dosse, F., 2003, *O império do sentido: a humanização das ciências humanas*, São Paulo, EDUSC.
- Douglas, M., 1998, *Como as instituições pensam*, São Paulo, EDUSP.
- Dunwoody, S., 2012, "Quand les journalistes couvrent les controverses scientifiques", *Les Cahiers du journalisme*, no 24, Été, http://www.cahiersdujournalisme.net/cdj/pdf/24/02_dunwoody.pdf, acesso em 12 dez. 2015.
- Glevarec, H., Aubert, A., 2013, "Savoir et démocratie: le fondement normatif des univers sociologique et journalistique", *SociologieS, Théories et recherches*, <http://sociologies.revues.org/4484>, acesso em 5 nov. 2015.
- Fisher, M., 2011, *Futuros antropológicos: redefinindo a cultura na era tecnológica*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Fleck, L., 2010, *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*, Belo Horizonte, Fabrefactum.
- Fleur, M. L., 1976, *Teorias da comunicação de massa*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Foucault, M., 1999, *História da sexualidade I: a vontade de saber*, Rio de Janeiro, Graal.
- Habermas, J., 1989, *Consciência moral e agir comunicativo*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Hohlfeldt, A., Martino, L. C., França, V., 2001, *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*, Petrópolis, Vozes.
- Knorr-Cetina, K., 1982, "Scientific Communities or Transdisciplinary Arenas of Research? A Critique of Quasi-Economic Model of Science", *Social Studies of Science*, vol. 12, no 1 pp. 101-130.
- Kreimer, P., 2005, *Reseña de "La fabricación del conocimiento: un ensayo sobre el carácter constructivista y contextual de la ciencia"*, Buenos Aires, Redes, pp. 209-216.
- Kreimer, P., Hérrnan, T., 2004, "Un poco de reflexividad o ¿de dónde venimos?: Estudios sociales de la ciencia y la tecnología en América Latina", em Kreimer, P., Thomas, H. (Eds.), *Estudios de sociología de la ciencia y la tecnología en América Latina*, Bernal, Universidad Nacional de Quilmes.
- Labasse, B., 2015, "Du journalisme comme une mésoépistémologie", *Communication*, vol. 33, <<http://communication.revues.org/5093>>, acesso em 6 fev. 2016.
- Lascoumes, P., 2002/2, "De l'utilité des controverses sociotechniques", *Journal International de Bioéthique*, Paris, vol. 13, pp. 68-79.
- Latour, B., Woolgar, S., 1997, *Vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*, Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- Latour, B., 1995, "Os objetos têm história? Encontro de Pasteur com Whitehead num banho de ácido láctico", *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 2, no 1, pp. 7-2.
- Latour, B., 2007, *Changer de société, refaire de la sociologie*, Paris, La Découverte.
- Latour, B., 1999, *Ciência em ação*, São Paulo, Editora Unesp.
- Latour, B., 2004, "Por uma nova abordagem da ciência, da inovação e do mercado: o papel das redes sócio-técnicas", em Parente, A., *Tramas na rede*, Porto Alegre, Edições Sulinas.
- Law, J., 2006, *Notas sobre a teoria do ator-rede: ordenamento, estratégia, e heterogeneidade*, Trad. Fernando Manso, Rio de Janeiro, COMUM.
- Leal, S. A. G., Vianna, G., 2013, "Divulgação pública de

- controvérsias científicas: o caso da vacina BCG contra tuberculose no Brasil”, *Controversias y Concurrencias Latinoamericanas*, vol. 5, pp. 67-96.
- Mannheim, K., 1967, “O problema de uma sociologia do conhecimento”, em Bertelli, R. A., Palmeira, M. G. S., Velho, G. O., *Sociologia do Conhecimento*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Merton, R. K., 1968, “A ciência e a ordem social”, em Merton, R. K., *Sociologia: Teoria e Estrutura*, São Paulo, Mestre Jou.
- Merton, R. K., 1979, “Os imperativos institucionais da ciência”, em Deus, J. D. (Ed.), *A crítica da ciência*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, pp. 37-52.
- Nunes, J. A., Matias, M., 2003, “Controvérsia científica e conflitos ambientais em Portugal: O caso da coincinação de resíduos industriais perigosos”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, no 65, <<http://rccs.revues.org/1185>>.
- Rocha, H. C. L., 2010, “A Importância da Epistemologia na Teoria do Jornalismo: A Teoria Pragmática do Conhecimento e a Qualidade da Notícia”, *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, vol. 8, no 1, pp. 276-291, <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/19846924.2010v8n1p276>>, acesso em 6 dez. 2015.
- Rodrigues, A. D., 1993, “O acontecimento”, em Traquina, N. (Ed.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*, Lisboa, Vega.
- Shinn, T., Ragouet, P., 2008, *Controvérsias sobre a ciência: por uma sociologia transversalista da atividade científica*, São Paulo, Editora 34.
- Silva, G., 2009, “De que campo do jornalismo estamos falando?”, *Matrizes*, no 3, <<http://revele.com.veywww.redalyc.org/articulo.oa?id=143012785011>>, acesso em 6 de fev. 2016.
- Strum, S., Latour, B., 2006, “Redéfinir le lien social: des babouins aux humains”, em Akrich, M., Callon, M., Latour, B. (Eds.), *Sociologie de la traduction: textes fondateurs*, Paris, Presses des Mines, pp. 71-86.
- Tambosi, O., junho/dezembro 2003, “Elementos para uma epistemologia do jornalismo”, São Paulo, *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, vol. XXVI, no 2, pp. 40-52.
- Tozzi, V., 2003, “Wittgenstein y la sociología del conocimiento”, em Cabanchik, S., Penelas, F., Tozzi, V. (Eds.), *El giro pragmático en la filosofía*, Barcelona, Gedisa, pp. 115-130, www.accionfilosofica.com/misc/1117266837jrnDoc.doc, acesso em ago. 2010.
- Traquina, N., 2004, *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*, Florianópolis, Insular.
- Traquina, N. (Ed.), 1993, *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*, Lisboa, Vega.
- Vandenbergue, F., 2006, “Construção e crítica na nova sociologia francesa”, *Sociedade e Estado*, vol. 21, no 2, pp. 315-366, <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269922006000200003&lng=en&nrm=iso>, acesso em 5 de mar. 2009.
- Wittgenstein, L., 2009, *Investigações filosóficas*, São Paulo, Vozes.

Pt. Este texto trata da coordenação entre normas, reflexividade e práticas incorporadas em dispositivos organizacionais que moldam rotinas de produção intelectual, tanto na atividade científica, como no jornalismo. Interessamo-nos pela relação entre referências normativas do trabalho intelectual de pesquisadores e jornalistas e suas investigações como uma decorrência da interface entre fatores internos e externos que moldam a organização e produção de saberes configurando novas formas de construção de conhecimento (ciência, cultura, informações). No caso do jornalismo concordamos que este pode ser compreendido como um conhecimento que se origina das chamadas “mesoepistemologias” enquanto maneiras de conhecer que surgem na interface entre polos científico e grande público. Trata-se da concepção de saberes ancorada em uma cientificidade própria. Embora reconheçamos que há tanto na atividade científica como na jornalística a participação da objetividade, imparcialidade e neutralidade como valores positivistas que norteiam a produção de conteúdos cognitivos nesses ambientes normativos os quais devem ser problematizados em função de operações subjetivas e intencionais que se manifestam entre cientistas e jornalistas enquanto produtores culturais e do envolvimento de epistemologias populares como coprodutoras desses conteúdos. O problema da definição do lócus onde a ciência é concebida, justificada e legitimada é tema caro para sociologia do conhecimento que tem apresentado abordagens distintas para lidar com a questão dos elementos internos e externos ou de sua interseção, o social e o científico, na definição desse lugar. Temos como objetivo apresentar uma reflexão pautada na sociologia pragmática da crítica e na sociologia construtivista da inovação para discutir como normas institucionalizadas, orientadas pela razão técnica e científica e normas negociadas sob o registro da metapragmática, apoiadas em reflexividade e operações críticas, em perspectiva reticular, definem e redefinem instituições consolidadas como a ciência e o jornalismo, alterando o rumo do trânsito/circulação de normas (re)produzidas nesses diferentes quadros epistêmicos.

Palavras-chave: normas, crítica, reflexividade, conhecimento, razão técnica e científica.

En. This paper proposes to study the ways in which norms, reflexivity and practices interact in organizational systems to shape routines of intellectual production in academic circles and in journalism. Our focus is on the normative references of the intellectual work of researchers and journalists seen as a product of the interrelation between internal and external factors that shape the organization and production of knowledge and configure new forms of knowledge construction (sciences, culture, news). In the case of journalism, we postulate that this can be understood as knowledge that has its roots in “meso-epistemological” ways of knowing that arise at the interface between scientific knowledge and the general public. This perspective is based on a conception of knowledge anchored in a specific scientificity. We recognize that objectivity, impartiality and neutrality as positivist values guide both scientific activity and journalism in the production of cognitive content in normative contexts. But these contexts must also be problematized as subjective and intentional constructs of researchers and journalists as cultural producers influenced by popular epistemologies (which co-produce these contents). The problematic of the locus where science is produced, justified and legitimized is a topic dear to the sociology of knowledge, and has produced distinct approaches to deal with the issue of internal and external elements and their social or scientific intersection in the very definition of this space. Our aim is to propose a reflection based on a pragmatic and critical sociology and a constructivist sociology of innovation to study from a dialectical perspective how institutionalized norms (as shaped by technical and scientific rationality), and norms present in a meta-pragmatic framework (based on reflexivity and critical operations) define and re-define traditional institutions such as science and journalism, thereby altering the traffic/circulation of norms (re)produced in these varied epistemic frameworks.

Keywords: norms, criticism, reflexivity, knowledge, technical and scientific rationality.

Fr. Ce texte propose de percevoir comment les normes, la réflexivité et les pratiques dans les dispositifs organisationnels expliquent la production intellectuelle des milieux journalistiques et universitaires. Nous nous intéressons au rapport entre les références normatives du travail intellectuel des chercheurs et des journalistes, et leurs recherches, fruit de l'interrelation entre des facteurs internes et externes qui façonnent l'organisation et la production de savoirs, et qui configurent ainsi de nouvelles formes de construction de la connaissance (sciences, culture, information). Dans le cas du journalisme, nous postulons que celui-ci peut être compris comme un savoir issu de postures « méso-épistémologiques », qui sont autant de manières d'apprendre issues des relations entre les pôles scientifiques et le grand public. Cette posture relève d'une conception des savoirs ancrés dans une scientificité spécifique. Nous reconnaissons qu'il y a, tant dans l'activité scientifique que dans le journalisme, un recours à l'objectivité, l'impartialité et la neutralité comme valeurs positivistes qui orientent la production de contenus cognitifs dans des contextes normatifs. Toutefois, ces contextes doivent être problématisés en fonction d'opérations subjectives et intentionnelles issues des chercheurs et des journalistes, ces producteurs culturels, mais aussi par l'application d'épistémologies populaires qui sont aussi co-productrices de ces contenus. La problématique des lieux dans lesquels la science est produite, justifiée et légitimée est une thématique chère à la sociologie de la connaissance. Celle-ci a produit des approches distinctes pour lier la question des éléments internes et externes et de leur intersection, sociale ou scientifique, dans la définition même de ce lieu. Nous avons pour objectif de proposer une réflexion reposant sur une sociologie pragmatique et critique et une sociologie constructiviste de l'innovation, afin de discuter de la façon dont des normes institutionnalisées, orientées par des raisons techniques et scientifiques, et des normes négociées dans un cadre méta-pragmatique, appuyées sur une réflexivité et des opérations critiques dans une perspective dialectique, définissent et redéfinissent les institutions traditionnelles comme la science et le journalisme, modifiant ainsi le sens du trafic/ de la circulation des normes (re)produites dans différents cadres épistémiques.

Mots Clés : normes, critique, réflexivité, connaissance, rationalité technique et scientifique.

